



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

Processo Número	22035/2024
Data do Início	23/09/2024
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 1596/2022, Pregão Eletrônico 14/2024

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição Árvores Fotovoltaicas, para instalação em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá contratação de empresa para aquisição de bem, denominado mobiliário urbano com um sistema de captação de luz solar para obtenção de eletricidade “Árvores Fotovoltaicas”, a serem instaladas em diversos locais públicos no âmbito do Município de Maricá.

A empresa **SOLARTERRA ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: 06.183.323/0001-44, encaminhou a esta especializada impugnação ao edital, onde questiona cláusulas editalícias e suposta ausência de informações sobre o objeto.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em síntese, a impugnante alega:

- Ausência de especificação detalhada para execução do objeto.

III – DO MÉRITO

A impugnante alega que o termo de referência contido no edital não possui ilustrações e projetos referentes ao objeto pretendido pela Administração. Argumentando



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

ainda que, a ausência de tais detalhamentos, traz prejuízo para a elaboração de proposta por parte dos interessados.

Vale salientar que, é através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Sobre o tema, se faz necessário trazer ao debate as lições do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 611).

Não obstante, é dever desta especializada salientar que nos autos do processo administrativo em tela, até o momento da elaboração da minuta editalícia, são realizadas diversas análises, dentre elas a pesquisa de mercado, que visa refletir a realidade de mercado para o presente procedimento licitatório.

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito das qualificações técnicas, devendo a secretaria requisitante deliberar a respeito das razões apresentadas.

IV – DA CONCLUSÃO

Assim, considerando que os apontamentos acima tratam de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Coordenadoria opina pela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de possível pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.

Em 23/09/2024

NATHÁLIA COELHO DA COSTA BORGES
Mat. 3001177

De acordo

DJALMA ALVES DA SILVA
Pregoeiro